

A globalização do capital sob o prisma de Robert Cox e algumas consequências para trabalhadores e Estado

Katiuscia M. G. Espósito (Unicamp)
kgalhera@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo trata das consequências da globalização do capital (na figura das multinacionais) para os trabalhadores e para o próprio Estado. Tomando como marco espacial a década de 1970 e como marco teórico as abordagens de Robert Cox, descreve-se a globalização percebida por Cox para, em seguida, aproximá-la de seu lastro empírico.

Palavras-chave: Teoria Crítica; globalização; Economia Política Internacional.

Abstract: This article deals with the consequences of the globalization of capital (in the figure of multinationals) for workers and for the state. Taking the decade of 1970 as the spatial framework and Robert Cox's approaches as the theoretical framework, it describes globalization as perceived by Cox to, then, bring it to its empirical basis.

Key-words: Critical Theory; Globalization; International Political Economy.

Introdução

Fortemente influenciado por Antonio Gramsci, Robert Cox, renomado pensador marxista, é considerado o principal expoente da Teoria Crítica das Relações Internacionais (RI), uma das principais perspectivas teóricas da área.

As análises *coxianas* versam sobre um amplo espectro de assuntos: pode-se dizer, por exemplo, que seu artigo *The global political economy and social choice* (1996 [1991]) é a um só tempo metateórico e questionador dos pressupostos ontológicos do cientista social: sendo a teoria sempre desenvolvida para alguém e para algum propósito, por que deve ser o Estado o ator central da maioria dos debates acadêmicos nas RIs?

Apesar da temática diversa abrangida pela vasta produção teórica de Cox, neste estudo abordar-se-á apenas a relação entre capital e trabalho no que se convencionou chamar de Economia Política Internacional (EPI). Mais especificamente, tratar-se-á da globalização do capital (na figura das multinacionais) e algumas de suas consequências para os trabalhadores e para o próprio Estado.

Este artigo é dividido em duas partes. Na primeira, descreve-se o tipo de globalização observada por Robert Cox: se, por um lado, suas análises apenas tocam em temas caros às RIs (como Meio Ambiente), por outro lado seu foco na EPI – tema igualmente importante – permite maior aprofundamento no assunto proposto. Cabe lembrar

que o próprio pensador já atuou na Organização Internacional do Trabalho, o que o privilegia, pois isso proporciona às suas análises o lastro do conhecimento de causa.

Na segunda parte, é trazida a análise *coxiana* realizada no primeiro item de sua base empírica, ao sedebruchar sobre a década de 1970, a crise do fordismo, a acumulação flexível (HARVEY, 2007 [1989], *passim*) ou pós-fordismo, a reestruturação e a descentralização produtiva. Por fim, são tecidas algumas considerações finais.

1. A globalização do capital sob o prisma de Robert Cox

Abordar o famigerado, abrangente, vago e impreciso fenômeno da globalização é uma tarefa arriscada, já que se trata de um termo que diz muita coisa, e, ao mesmo tempo, não especifica quase nada.

Diante das imprecisões teóricas e espaciais, este trabalho estabelece o recorte e as características da globalização a partir de Robert Cox e seu artigo *The global political economy and social choice* (1996 [1991]). Ciente de que essa abordagem é parcial e não toca em assuntos caros às Relações Internacionais, como o Meio Ambiente e a questão de gênero, há também ciência de que abordar a completude dos temas internacionais em uma única corrente teórica não é objetivo desta pesquisa. Como aponta o próprio Cox (1996 [1981], p. 87), “[t]eoria é sempre *para* alguém e *para* algum propósito. Todas as teorias têm alguma perspectiva. As perspectivas derivam de uma posição no tempo e no espaço, especificamente tempo e espaço sociais e políticos [...]” (grifo no original, tradução da autora).

Tendo em mente essas considerações, aponta-se que, em primeiro lugar, para esse pensador (1996 [1981], p. 192), a análise da globalização deve começar com a análise da internacionalização da produção:

O processo de internacionalização ocorre quando o capital considera os recursos mundiais como um todo e aloca os elementos da complexa produção globalizada nos pontos de melhor vantagem de custos [...]. As multinacionais têm encorajado esse tipo de pensamento e planejamento.” (Tradução da autora).

Na contemporaneidade, a singularidade desse processo reside na desterritorialização das unidades produtivas das empresas, notadamente nas multinacionais.

A internacionalização da produção permite a maximização de aproveitamento oferecida pelas vantagens comparativas em cada país: “A produção de automóveis [...], que por quase um século foi feita em nível nacional, é agora realizada globalmente; os carros são montados com partes produzidas por muitos fornecedores em dezenas de países” (INTERNATIONAL CONFEDERATION OF FREE TRADE UNIONS, 2001, p. 9, tradução da autora). Essas vantagens comparativas requerem invariavelmente algum Investimento Externo Direto (IED), e diminuem o impacto dos custos de importação e exportação para as empresas (que pressionam os governos para que os baixem), frequentemente bastante elevados quando não existem acordos de livre-comércio que contenham, em sua proposta, a diminuição ou isenção dessas taxas.

Ademais, há mecanismos contábeis e práticas legais adotadas em Comércio Exterior que tornam possível a diminuição dos custos dessas transações, como o *transfer pricing* (i.e. a manipulação de preços de importações e exportações), as operações *back to back* (i.e. operações logístico-financeira na qual o resultado financeiro da produção fica dentro de uma fronteira específica), os *offshores* ou “paraísos fiscais” ou “*tax heavens*” (i.e. espaços abertos por países às pessoas jurídicas onde há diminuição e, frequentemente isenção, de taxas) e os próprios acordos de livre-comércio. Foi a essa “visão do todo” que Cox se referiu, ou seja, conseguir divisar os nichos de diminuição de custos, o que inclui o emprego de mão-de-obra onde esta se mostra mais barata:

As unidades de produção tomam vantagem do trabalho abundante, barato e maleável onde possa ser encontrado, e da robotização, onde não. A produção transnacional requer um ambiente no qual o capital, a tecnologia e os insumos para o processo de produção (quer sejam matérias-primas ou componentes), bem como produtos acabados, possam cruzar as fronteiras relativamente sem custo. (COX, 1996 [1991], p. 192-3, tradução da autora).

Em segundo lugar, para o autor, a compreensão da globalização passa pela análise da internacionalização do próprio Estado, cujo papel deixou de ser o de protetor da economia nacional contra forças externas, como nos tempos de Bretton Woods e, em casos notáveis, em época anteriores. A partir dos anos 1970, generaliza-se a proposta e a prática de que o Estado passe a ser o de adaptar as economias domésticas às exigências da economia mundial (COX, 1996 [1991], p. 193). Trata-se do fim do sistema fordista-keynesiano, que será abordado adiante.

Além dos *offshores*, que requerem políticas fiscais deliberadas por parte do Estado, pode-se citar o direcionamento industrial pelo Partido Comunista Chinês (PCC) no recente *boom* de crescimento do país e a abertura econômica do México sob os auspícios do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), dois dos inúmeros casos em que os países passaram a participar da nova configuração mundial de produção.

A terceira questão apontada por Robert Cox é o padrão de “desenvolvimento” capitalista, altamente desigual e derivado do aprofundamento da divisão internacional do trabalho. Com efeito, a distância entre os mais ricos e os mais pobres está tornando-se crescentemente maior: em 1960, a diferença de renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres se encontrava em uma proporção de 30 para um. Esse hiato aumentou para a proporção 60:1 em 1990, para atingir o patamar 75:1 no final da mesma década. (apud INTERNATIONAL CONFEDERATION OF FREE TRADE UNIONS, 2001, págs. 9-10). Portanto, os números indicam que a globalização não criou riqueza, (ou, se criou, não foi de forma equânime) e tampouco trouxe prosperidade para as regiões mais pobres do globo. Pelo contrário, estas regiões parecem fornecer um exército industrial de reserva interessante para a manutenção da atual distribuição da riqueza.

A quarta questão envolve uma nova conjuntura econômica e a reestruturação da produção financiada pelas corporações. Esta conjuntura deriva da crise econômica mundial ocorrida na década de 1970 e também contribuiu para o definhamento do fordismo keynesiano.

Os movimentos migratórios do sul para o norte, combinados com a queda da qualidade dos postos de trabalho nos países de capitalismo avançado (a “McDonaldização da força de trabalho” *coxiana*), contribuem para formar o quinto elemento: a “periferização do centro”. “As novas massas de trabalhadores com baixa remuneração, desprotegidos e com empregos inseguros, estão segmentadas em grupos definidos por gênero, etnia, religião e nacionalidade” (COX, 1996 [1991], p. 194-5, tradução da autora), sendo que essa segmentação perpetua suas fraquezas econômicas e políticas.

Por fim, e como consequência natural das questões apontadas anteriormente, formaram-se duas classes distintas dentro do universo dos trabalhadores:

[...] um número relativamente pequeno de pessoal, estreitamente integrado com o capital em formas de corporativismo empresarial, [que] é distinguido de uma periferia segmentada de trabalhadores descartáveis de

curto prazo, temporários, meio-período, subcontratados, despedidos, produtores marginais e desempregados temporária e permanentemente [...]. As novas forças de trabalho semiqualficadas dos países recentemente industrializados das plataformas de exportação são predominantemente femininas; a diferenciação étnica nas oportunidades de trabalho dentre os vários segmentos do trabalho periférico é um fenômeno universal; e as disparidades regionais fornecem a lógica para a alocação diferenciada de intensidade em mão-de-obra ou tecnologia na atividade econômica. (COX, 1996 [1991], p. 196-7, tradução da autora).

Conforme apontado anteriormente, o emprego da força de trabalho segmentada foi possibilitado pelo câmbio das economias de escala do keynesianismo-fordismo para as economias flexíveis do pós-fordismo e isso propiciou a aparição de novas estruturas laborais, mais flexíveis, sendo a descentralização produtiva parte essencial desse processo. Ver-se-á a seguir como isso ocorreu.

2. A década de 1970, a crise do fordismo, a acumulação flexível, a reestruturação e a descentralização produtiva

2.1. O fordismo, sua expansão e o pacto *keynesiano*

Henry Ford (1863-1947) aplicou e aperfeiçoou em sua linha de produção diversos princípios da administração científica desenvolvidos por Frederick Taylor (1856-1915). Nascia o fordismo, antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), apresentando características como a padronização de peças, a racionalização e o parcelamento das tarefas (que se tornaram cada vez mais simples e repetitivas), a introdução da esteira rolante (antes controlada pelo operário, passa então a ser programada) e a automatização progressiva das fábricas, diminuindo os gastos com tempo e mão-de-obra (GOURNET apud MARCELINO, 2004, p. 48). Os trabalhadores eram geralmente imigrantes que se submetiam às rotinas repetitivas das fábricas ao estilo fordista.

O fordismo, contudo, não se limitava ao espaço produtivo: “Essa transformação atingiu não só os padrões de produção, mas também os *padrões de consumo*, as relações de trabalho e as *configurações espaciais dentro e fora das fábricas*” (FRANCA, 2007, p. 24, grifo da autora). A produção em larga escala e orientada pela oferta propiciou - entre outros inúmeros aspectos da expansão fordista - o consumo em massa, a expansão dos mercados, o desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas de marketing, publicidade e propaganda e o estreitamento da aliança entre o Estado e a iniciativa privada.

Mesmo limitado aos países industrializados, em especial àqueles de industrialização avançada, este sistema revolucionou outros aspectos da vida, inclusive na era pós-fordista e nos países considerados periféricos. Na periferia “[...] a organização do trabalho e as tradições artesanais eram simplesmente muito fortes, e a imigração muito fraca, para permitir [expansão] ao fordismo ou ao taylorismo [...], muito embora os princípios gerais da administração científica fossem amplamente aceitos e aplicados” (HARVEY, 2007 [1989] p. 123) e o “mundo industrial [tenha-se expandido] por toda a parte” (HOBSBAWM, 1999 [1994], p. 256), bem como a produção e o estímulo ao consumo em massa.

Uma maior presença efetiva do Estado na economia foi observada por um longo período após a Crise de 1929, aprofundada pelo keynesianismo e pelo *welfare state*, ou Estado de bem-estar social (esse último notadamente na Europa socialdemocrata). No *welfare state* se observa uma maior presença do Estado nas esferas econômicas e políticas de uma dada sociedade, contrariamente ao liberalismo, que prega a “mão livre” ou as forças do mercado para o aumento geral do bem-estar social. Interessa, para fins deste trabalho, apontar que no *welfare state* há ampla promoção de seguros sociais aos trabalhadores, como a garantia da previdência, de seguro-desemprego e de boas condições de saúde pública, dentre outros aspectos. Com efeito, finda a 2ª. Guerra Mundial, após 1945:

Todos os problemas que perseguiram o capitalismo em sua era de catástrofe pareceram dissolver-se e desaparecer. O terrível e inevitável ciclo de prosperidade e depressão, tão fatal entre as guerras, tornou-se uma sucessão de brandas flutuações, graças a – era o que pensavam os economistas keynesianos que agora assessoravam os governos – sua inteligente administração macroeconômica. [...] E se os tempos se tornassem difíceis [para os trabalhadores], não haveria um Estado previdenciário universal e generoso pronto a oferecer-lhes proteção, antes nem sonhada [...].

[...] Alguns objetivos políticos – pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo. O futuro estava na economia mista.

[...] Todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização, e estavam preparados para consegui-lo, se necessário, por meio de um sistemático controle governamental e administração de economias mistas, e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados, desde que não fossem comunistas. (HOBSBAWM, 1999 [1994], p. 262-8).

Assim, “o fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo” (HARVEY, 2007 [1989], p. 125). E, perpetuando as diferenças econômicas, sociais e políticas entre o Norte e o Sul, foi o sistema que prevaleceu por quase três décadas: “o longo período de expansão do pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, [...] chamado de fordista-keynesiano” (HOBSBAWM, 1999 [1994], p. 119).

Ao longo do tempo, esse modelo, porém, não se limitou aos velhos países industriais: o pacto social firmado entre capital, trabalho e Estado nas economias centrais do sistema internacional foi exportado (naturalmente sem as fantásticas e amplas benesses sociais do *welfare state*). A produção de automóveis se tornou crucial em diversas economias e, assim, o fordismo no pós-guerra se internacionalizou, alavancado pelo aumento dos fluxos de comércio e do investimento estrangeiro (processos nos quais as empresas multinacionais desempenharam papel preponderante), e pela revolução dos transportes e das comunicações, impulsionada pelas novas ofertas de matérias-primas e pela divisão internacional do trabalho, esta última possível também graças à disponibilidade de mão-de-obra barata e incentivos fiscais oferecidos pelos países. É a internacionalização do próprio Estado, observada por Cox (1996 [1981], p. 109-10):

A internacionalização do Estado é associada com a expansão da produção internacional. Isso significa a integração dos processos de produção em escala transnacional, com diferentes fases de um único processo sendo realizadas em países diferentes. A produção internacional atualmente desempenha o papel formativo em relação à estrutura dos Estados e da ordem internacional [...]. (Tradução da autora).

Assim, a internacionalização das empresas, que havia se iniciado na década de 1960, se intensificou a partir da década de 1970 (COX, 1996 [1971], p. 559-63; HOBSBAWM, 1999 [1994], p. 354). Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2009, p.10): “Enquanto o PIB mundial cresceu 15 vezes em termos nominais, de 1970 a 2007, as exportações mundiais aumentaram 42 vezes [...]. Os fluxos de IED, por sua vez, [...] elevaram-se 150 vezes no mesmo período”.

2.2. A crise do fordismo, a acumulação flexível, a reestruturação e a descentralização produtiva

No fim da década de 1960, a reprodução desigual do modelo fordista-keynesiano mostrava a impossibilidade de um modelo econômico-social fechado e absoluto. Contribuíram para o desmantelamento do modelo o inchamento da previdência social, a desestabilização do fino equilíbrio entre aumento dos salários, lucros e manutenção da demanda, a queda do sistema monetário com base no ouro-dólar, a diminuição da produtividade da mão-de-obra e a escassez de mão-de-obra migrante (HOBSBAWM, 1999 [1994], p. 262-8).

E então veio a Crise do Petróleo: “[A] inflação global da década de 1970 [...], causada por um aumento súbito e dramático nos preços do petróleo pelo cartel da Opep [...], relembrou o quanto as interconexões da economia global podem ameaçar o bem-estar nacional e pessoal em qualquer lugar do mundo” (JACKSON e SORENSEN, 2007, p. 27). A elevação dos preços do petróleo, combinada com a recessão nos países de capitalismo avançado, fez com que houvesse aumento da liquidez no mundo, tornando os bancos grandes fornecedores de crédito, a preços mais atrativos que aqueles oferecidos pelas instituições públicas e pelo Fundo Monetário Internacional. As corporações e os países em processo de industrialização, por seu turno, tornaram-se grandes captadores de empréstimos. As corporações contribuíram, assim, para a reestruturação da produção mundial pelo débito, e os Países Recentemente Industrializados, ou *Newly Industrialized Countries* (NICs) puderam alavancar sua industrialização (COX, 1996 [1991], p. 194), inaugurando uma nova fase capitalista:

O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza. [...] os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos para formar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado de acumulação “flexível”.

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A economia flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas. (HARVEY, 2007 [1989], p. 119-40).

A transição do fordismo para o pós-fordismo/acumulação flexível não significa, contudo, o fim da produção em massa: a criação de novos mercados consumidores (e a consequente demanda) e as fábricas *offshore* são duas evidências relevantes dessa assertiva. O que muda, para o campo do trabalho na era pós-fordista e para fins deste estudo, é o *tipo* de mão-de-obra empregada: “a revolução pós-fordista abriu a porta a um conjunto ainda mais amplo de possibilidades, que vão desde um produto único feito sob medida até um modelo de *produção em massa flexível*, chegando à melhoria contínua dos produtos” (BELUSSI e GARIBALDO, 2000, p. 283, grifo no original, tradução da autora). A flexibilidade, portanto, é a palavra-chave para explicar o trabalho no pós-fordismo.

Na era da acumulação flexível, a internacionalização das empresas leva à descentralização de sua cadeia produtiva, e, assim como acontece no sistema Ohno de produção, as respostas sindicais às estratégias empresariais se tornam- mais difíceis ou morosas. E, ainda que o fordismo já se utilizasse da subcontratação, há evidências de que no pós-fordismo/acumulação flexível o emprego desse tipo de mão-de-obra tenha aumentado:

A produção globalizada também envolveu uma mudança na estrutura do comércio internacional, em particular no crescimento do comércio em bens intermediários, isto é, na terceirização internacional.

[...] A redução dos custos [dos produtos acabados] pode ser originada pelo emprego de mão-de-obra mal remunerada ou pela redução de taxas.

A flexibilidade pode aumentar com o uso dos contratos de fornecimento de curto prazo ou pela utilização de força de trabalho não sindicalizada ou desregulamentada.

O resultado final é uma assimetria da estrutura de mercado ao longo das cadeias de valor globais [...]. (MILBERG, 2004, p. 3-9, tradução da autora).

Essa assimetria na cadeia de valor transporta a produção, anteriormente realizada nos centros do capitalismo, para a periferia do sistema, onde estão os mercados de trabalho mais flexíveis e com organização sindical fraca ou inexistente (ainda que questões estratégicas, como a pesquisa para patentes, os centros de P&D e os grandes centros financeiros, dentre outros pequenos nichos, continuem preponderantemente nos grandes centros). Conforme mencionado, os outros Estados, além de oferecerem às empresas espaços *offshore* para ocupação, frequentemente desarticulam os sindicatos, cooptando-os (COX, 1996, p. 112-3).

Na América Latina, México e Brasil são dois exemplos. O caso mexicano, inclusive, ilustra exatamente o que se tenta demonstrar até o momento: a emergência do toyotismo¹ e da acumulação flexível, aliada à internacionalização das empresas na década de 1970, levando à descentralização produtiva e à divisão internacional do trabalho (com emprego de mão-de-obra de menor remuneração nos países onde são ofertadas, em detrimento dos altos salários nos países do centro do capitalismo). Em especial no México, existe a “vantagem” logística da aproximação geográfica com os Estados Unidos, um grande mercado consumidor. Esse conjunto de questões pode ser resumido em uma única palavra: *maquiladora*.

Nas décadas de 1970 e 1980, confrontados com o aumento crescente da competição de montadoras japonesas, os fabricantes de automóveis estadunidenses começaram a fechar suas fábricas, despedir trabalhadores, e deslocar a produção para fora dos Estados Unidos e do Canadá. Em meados da década de 1980, praticamente todos os maiores fabricantes de automóveis dos Estados Unidos haviam aberto plantas no México. A combinação de *maquiladoras* e automóveis foi responsável pelo rápido crescimento da indústria mexicana de exportação nos anos 1980 (SHAIKEN apud KAY, 2011, p. 236) [...].

As plantas mexicanas de alta tecnologia para a produção de automóveis poderiam, portanto, competir com seus pares estadunidenses e japoneses (SHAIKEN apud KAY, 2011, p. 237). No início da década de 1990, o México já havia desenvolvido uma infraestrutura forte e estável de produção automobilística. (KAY, 2011, p. 237, tradução da autora).

A descentralização da produção, por meio de seu deslocamento para países estrangeiros, pode ser uma forma de diminuir os custos dos produtos; porém, as multinacionais ainda se deparam com outros tipos de custos, como tributação (no caso dos Estados que não empregam *offshore*), transporte, e fronteiras (custos de importação e exportação). Dentre as múltiplas opções apontadas por Robert Cox, os acordos de livre-comércio (um tema amplo, já trabalhado por diversos autores, que não será abordado com profundidade neste espaço) representam uma das soluções encontradas pelas empresas para a redução de custos.

¹ O toyotismo, surgido após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), apresenta aspectos como a polivalência dos funcionários, que passam a trabalhar em diversas fases do processo produtivo (diferentemente dos funcionários fordistas, que trabalham repetitivamente em uma única fase da produção); sistema *just in time* - a empresa passa a atender apenas o que é demandado, estocando poucos produtos acabados (o fordismo estocava muitos produtos e a lógica operava ao lado da oferta), dentre outros aspectos.

Considerações finais

O presente artigo buscou demonstrar a validade dos argumentos de Robert Cox para as Relações Internacionais contemporâneas, ao inserir temas como o fordismo e a acumulação flexível sob o manto de suas constatações. Indiretamente, este estudo personaliza uma das facetas da vaga e imprecisa “globalização”, ao materializar, na figura das grandes empresas multinacionais, um fenômeno tão abrangente e impessoal; verificou-se também que os estudos internacionalistas podem desviar o foco do usual ator central, o Estado.

O instrumental analítico coxiano fornece contribuições valiosas sobre o(s) fenômeno(s) conhecido(s) como globalização, observado(s) com facilidade nos mundos do trabalho. Tentou-se demonstrar implicitamente, ao longo da segunda parte do artigo, as questões levantadas pelo autor na primeira parte, apontando que a internacionalização da produção, que inclui sua otimização “nos pontos de melhor vantagem de custos” (COX, 1996 [1981], p. 192, tradução da autora) é patente, por exemplo, nas diversas *maquilas* existentes no México. Estas plantas produtivas refletem outras duas questões, igualmente aventadas pelo autor: a nova conjuntura econômica e a reestruturação da produção, financiadas pelas corporações.

Constatou-se também que o Estado adaptou sua economia doméstica para atender às exigências da economia mundial, outra questão apontada por Cox (1996 [1981], p. 193). Isso é visível neste trabalho, sobretudo no caso dos acordos de livre-comércio, que supõem o ajuste de tarifas para o comércio, mas não incluem adaptações substanciais que beneficiem diretamente os trabalhadores. Ainda em relação a esses acordos, Cox indica mais uma temática, verificada ao longo deste artigo, que é o padrão de “desenvolvimento” desigual derivado do aprofundamento da divisão internacional do trabalho, ainda que a desigualdade do “desenvolvimento” sob a expansão capitalista não seja nenhuma novidade: o aumento da pobreza no México pós-NAFTA é uma prova disso.

Os movimentos migratórios do sul para o norte não foram explicitamente abordados neste artigo. Contudo, as ondas de migrações de mexicanos para os Estados Unidos, as comunidades latinas e as políticas dos Estados Unidos para diminuir esse fenômeno - amplamente divulgado e conhecido - são também evidências claras da afirmação de Cox. A “periferização do centro” ou “McDonaldização da força de trabalho” *coxiana*, por outro

lado, foi aqui abordada, bem como a existência de mão-de-obra subcontratada, predominantemente feminina, nas plataformas de exportação dos países recém-industrializados (COX, 1996 [1981], p. 196-7), como nas regiões *maquiladoras*.

Referências

- BELUSSI, Fiorenza; GARIBALDO, Francesco. Globalization. Variety of pattern of the post-fordist economy: why are the 'old times' still with us and the 'new times' yet to come? In: GRINT, Keith. **Work and society: a reader**. Londres: Polity Press, 2000, págs. 280-301.
- COX, Robert W. Labor and transnational relations. In: KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. **Transnational relations and world politics**. Massachusetts: World Peace Foundation, 1971.
- _____. Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory. In: COX, Robert. SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 [1981].
- _____. The global political economy and social choice. In: COX, Robert. SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 [1991].
- FRANCA, Gilberto Cunha. **O trabalho no espaço da fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP)**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2007 [1989].
- HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999 [1994].
- INTERNATIONAL CONFEDERATION OF FREE TRADE UNIONS. **A trade union guide to globalization**. Bélgica: [s.n.], 2001. Disponível em: <<http://www.icftu.org/pubs/globalisation>>. Acesso em 17 mai. 2012.
- JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- KAY, Tamara. **NAFTA and the politics of labor transnationalism**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.
- MARCELINO, Paula R. P. **A Logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- MILBERG, William. globalized production: structural challenges for developing country workers. In: MILBERG, William (ed.). **Labor and the globalization of production: causes and consequences of industrial upgrading**. Hampshire: Palgrave, 2004.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Termo de referência: internacionalização de empresas brasileiras**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1260377495.pdf>. Acesso em 20 mai. 2012.